

# A polêmica do cheque-educação

Deputados oposicionistas vão questionar o projeto durante a convocação extraordinária

DAVI ZOCOLI

**A** convocação extraordinária da Câmara Legislativa começa hoje, às 9h, com projetos polêmicos na pauta. A bancada do PT já se articula para lutar até na Justiça contra a proposta que implanta o cheque-educação (defendido pelo deputado Izalci Lucas, do PFL). Os governistas, por sua vez, vão se mobilizar para garantir a volta do sistema Vaga Fácil.

Segundo prevê o projeto do cheque-educação, enviado à Casa pelo GDF, a pedido de Izalci, os estudantes da rede pública com boas notas poderão ser matriculados com descontos nas escolas particulares que escolherem (se houver vagas sobrando).

Izalci afirma que o objetivo é democratizar o acesso ao ensino e melhorar a qualidade das escolas, que precisarão ter bom nível para serem selecionadas pelos alunos e receberem, assim, os recursos do cheque-educação.

Mas, nos bastidores, os petistas já preparam uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin). Isso porque, segundo eles, parte dos recursos do cheque-educação (bancados pelos impostos dos contribuintes) irá para uma entidade privada, a Associação Brasileira pela Educação de Qualidade (Abeduq).

Izalci, por sua vez, sempre garantiu que o projeto é de interesse social. Durante uma reunião na Câmara, na semana passada, depois de ser indicado para comandar a Se-

cretaria de Desenvolvimento Tecnológico (cargo que assumirá depois do encerramento dos trabalhos na Câmara), ele disse a aliados que só aceitou essa nomeação em troca do compromisso, do Buriti, de viabilizar o cheque-educação.

**ESTACIONAMENTO** - Em relação ao Vaga Fácil, a expectativa é de que não haja problemas. O GDF teve de fazer apenas uma adaptação técnica: desta vez, o programa será implantado por meio de um projeto de lei complementar (com quórum de aprovação de 16 distritais) e não por projeto de lei, como havia acontecido antes - o que deu margem a questionamentos legais.

O presidente da Câmara, Benício Tavares (PMDB), disse que a tendência é ocorrerem votações hoje, amanhã e na segunda-feira, para que haja tempo de debater todos os projetos em profundidade. Outros deputados não descartam a possibilidade de os trabalhos acontecerem, também, durante o fim de semana.

Cada um dos 24 distritais vai receber R\$ 19 mil pela convocação extraordinária - o equivalente a um salário normal pago na abertura dos trabalhos e outro no encerramento das sessões.

Também estão na pauta projetos de isenções de impostos para a Universidade de Brasília (UnB), a Fundação Athos Bulcão e o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.



Segundo Benício, votações podem ir até segunda-feira, para que os projetos sejam bem debatidos

## 'Jumbão' deve ser aprovado

Durante a convocação extraordinária, os distritais deverão aprovar o chamado *jumbão*, um projeto que abre dois créditos extraordinários de R\$ 16 milhões (ao todo) no Orçamento de 2003. Esse dinheiro, originário de excesso de arrecadação de impostos, será usado pelo governo para reaparelhar empresas públicas e promover uma série de melhorias nas cidades do DF.

A implantação da segunda fase do Programa de Desenvolvimento Econômico, o Pró-DF II, vai entrar na pauta.

A Secretaria de Fazenda preparou quatro projetos que adaptam Brasília às reformas tributária e da Previdência, aprovadas pelo Congresso, fixando os subtelos de salários dos servidores do GDF.

Nos bastidores, os deputados governistas afirmam que esses projetos também poderão provocar polêmicas, pois alteram regras do funcionalismo. Eles querem garantir que não haverá nenhum prejuízo para os servidores.

Será criado, também, o Fundo de Modernização e

Reaparelhamento da Administração Fazendária, além do cadastro de pessoas inadimplentes com o Detran, para facilitar a cobrança de multas de trânsito vencidas.

Pouco antes da convocação extraordinária, os deputados aprovaram as novas tabelas do IPTU e do IPVA e o Orçamento do DF para 2004, além dos planos de carreira dos servidores das áreas de Saúde e Educação e dos funcionários da Câmara Legislativa, que vão receber um reajuste médio de 10% em 2004.